

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

# Congresso se auto-sabota

Ao votar em tempo recorde, em janeiro último, a Medida Provisória nº 32, que dispunha sobre a implantação do Plano Verão, deu o Congresso Nacional a impressão de que pretendia assumir plenamente suas responsabilidades, e de que estava pronto a oferecer relevante contribuição à luta antiinflacionista. Todavia, ao rejeitar anteontem outra providência igualmente provisória (a de nº 26), que previa a privatização de algumas empresas estatais, o Legislativo, contraditoriamente, privou o governo de um dos instrumentos essenciais à plena consecução do seu novo programa econômico. Flagrante incongruência, da qual transparece, nitidamente, o profundo fisiologismo de um parlamento ao qual não incomoda a extinção de um ministério, desde que este se transforme em secretaria especial no âmbito da Presidência da República, vale dizer um organismo que permite a manutenção de empregos públicos. Do que fica patente que o Congresso, ao rejeitar a medida privatizante, não se apegou a nenhum postulado ideológico mas a ferrenho fisiologismo, com o único objetivo de garantir empregos (antes prebendas), a uma clientela manifestamente política.

O grave, neste triste episódio, é verificar que 350 congressistas não se pejaram em manifestar seu apreço a essa condenável prática, contra apenas 77 que decidiram apoiar o governo Sarney, desta vez empenhado em corajosa iniciativa, no início de um período eleitoral. O Legislativo adjudicou-se grave responsabilidade perante toda a Nação, que, afortunadamente, não é constituída apenas por *mara-jás* ou *barnabés* que vivem à custa do Erário. Desta feita, ficou plenamente situada uma tomada de posição da qual se exime, transparentemente, o presidente José Sarney. Assumiu-a, com todas as suas conseqüências, o Congresso Nacional.

O que pretendia o governo? Promover a privatização (parcial ou total) de algumas empresas estatais definindo claramente as regras sancionadas pelo Legislativo e preservar aquelas consideradas — com certa ingenuidade — essenciais ao desempenho da política econômica. Almejava-se, assim, perfilhar um sistema econômico moderno que está conquistando não apenas a capitalista Inglaterra como também nações comunistas, como a China e a URSS, hoje convictas de que o Estado é um péssimo patrão e de que as empresas

estatais, longe de promover o desenvolvimento, apenas o entravam. Até o nicaraguense Daniel Ortega — tão afeiçoado ao marxismo — o entendeu, contrariamente ao que pensam os nossos congressistas...

Aliás, para bem avaliar a desastrosa *performance* das empresas estatais brasileiras, não necessitariam os nossos deputados viajar, como tanto apreciam, para o Exterior. Bastar-lhes-ia analisar os dados de que aqui dispõem. No exercício de 1987, o déficit dessas empresas (no conceito nominal) foi igual a 9,4% do PIB — valor muito superior ao da transferência de recursos para o Exterior, processo ao qual os esquerdistas tupiniquins atribuem todos os males da nossa economia. No ano passado, até setembro, tal déficit já representava 9% do PIB, devendo ir além de 15% até o final do ano. Esta a contribuição negativa que o governo pretendia erradicar, não para aprofundar a recessão mas para afastá-la.

Com efeito, ao contrário do que se possa pensar, as empresas estatais, nos últimos anos, tornaram-se instrumentos de inviabilização do crescimento econômico. Em 1985, os recursos captados por essas empresas no mercado de capitais, sob a forma de compra de ações e debêntures, representavam 1,8% do total; em 1986, tal porcentagem acusou 6,2%, ascendendo a 49,8% já em 1987, para chegar, no ano passado, com um valor equivalente a 3,2 bilhões de dólares, a 81,5% do total. Isso significa que enquanto em 1985 o setor privado recolhia 98,2% da poupança para seu desenvolvimento, em 1988 tal porcentagem caíra para apenas 18,5%.

Poder-se-ia pensar que essa captação de recursos se destinava ao fortalecimento do ativo imobilizado das empresas estatais, habilitando-as deste modo a contribuir para um melhor crescimento econômico. Todavia, os dados contábeis, incapazes de ocultar a verdade, mostram que nada disso ocorreu. Os ativos líquidos de depreciação das 176 empresas estatais que dependem da Sest cresciam em média, até 1983, 13% ao ano. Desde então tal porcentagem caiu para 3%, chegando a ser negativa em 1988, o que significa que todos esses recursos captados no mercado de capitais em detrimento do setor privado, que poderia tê-los utilizado muito melhor, serviram apenas para tapar buracos e financiar um déficit meramente financeiro, sem ter contribuído em nada para a modernização das empresas

estatais, hoje em numerosos casos condenadas ao sucatoamento.

O que o presidente Sarney pretendia era criar condições para que as estatais deixassem de onerar o Tesouro (isto é, os contribuintes) e constituir um empecilho ao desenvolvimento, podendo-se, com a passagem de algumas delas ao controle privado, obter uma contribuição positiva ao crescimento. É do lucro que provêm os investimentos; ora, entre as 50 maiores empresas do País (fora da área financeira), 28 são estatais, oferecendo 16 delas uma rentabilidade negativa. Entretanto, encontram-se nessa situação apenas três, pertencentes ao setor privado...

Hoje, as 176 empresas estatais detêm um patrimônio equivalente a 120 bilhões de dólares; descontadas porém as dívidas, restarão apenas 50 bilhões. Seguramente, figuram entre tais empresas algumas rentáveis, como a Petrobrás, a Vale do Rio Doce e a Embraer. Numerosas outras, porém, que não prestam serviços (o que poderia justificar as atividades de algumas estatais) e que poderiam ser perfeitamente geridas pelo setor privado, estão apenas onerando o déficit público: este, notadamente, é o caso do setor siderúrgico, campeão da ineficácia e do endividamento.

Para que servem as empresas estatais? A resposta é simples, clara: para dar empregos a 1,2 milhão de pessoas que, geralmente bem pagas, gozam de privilégios inacessíveis a incontáveis trabalhadores do setor privado, aos quais cabe apenas pagá-los. Naturalmente, esse número representa apenas uma porcentagem dos oito milhões de funcionários que o setor público em geral está empregando. Mas quando se considera que no Brasil 22 milhões de pessoas possuem carteira de trabalho e que uma parte sustenta um setor público ineficaz, só se pode pensar na urgente transformação, em empresas privadas (que pagam impostos muito mais elevados), de empresas estatais que nada têm a ver com o serviço público.

O Congresso pensou de modo diferente. Alega não ter renunciado à extinção ou privatização de algumas empresas, mas pretender que tal seja feito com cuidado e com a participação de políticos, empresários e empregados, sob o domínio, certamente, do espírito fisiológico, do qual acaba de dar um exemplo. Assim, as empresas estatais ineficazes continuarão a impedir o crescimento, fortalecendo-se, cada vez mais, a inflação...